TEXTOS PARA DISCUSSÃO, ISSN 0103-6661

FY 501037

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ELEITORAL NO BRASIL - 1988 ANÁLISE PRELIMINAR

NÚMERO 41 FEVEREIRO DE 1991

FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Augusto Guimarães

Diretor-Geral
José Guilherme Almeida dos Reis

Diretor de Pesquisas
Lenildo Fernandes Silva

Diretor de Geociências
Mauro Pereira de Mello

Diretor de Informática
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DPE - Diretoria de Pesquisas

A PARTICIPAÇAO POLITICA ELEITORAL NO BRASIL - 1988

ANALISE PRELIMINAR

Antonio Carlos Alkmim dos Reis
Cientista Politico, Analista Especializado
do Departamento de Estatisticas e
Indicadores Sociais

RIO DE JANEIRO

1991

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro

CEP 20 021 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

DIRETOR DE PESQUISAS

LENILDO FERNANDES SILVA

DIRETORA-ADJUNTA DE PESQUISAS

MÁRCIA BANDEIRA DE MELLO LEITE

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS E INDICADORES SOCIAIS

ROSA MARIA RIBEIRO DA SILVA

CHEFE DA DIVISÃO DE INDICADORES SOCIAIS

LUIZ ANTONIO PINTO DE OLIVEIRA

CHEFE DA DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS

MARIA HELENA BEOZZO DE LIMA

C 1991

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Série publicada pela Diretoria de Pesquisas do IBGE, com o objetivo de divulgar ensaios, estudos e outros trabalhos técnicos nas áreas econômica, social e demográfica, elaborados no âmbito da Diretoria.

Edição: Núcleo de Documentação e Disseminação da Diretoria de Pesquisas. (NDI/DPE)

Reis, Antonio Carlos Alkmim dos

A participação política eleitoral no Brasil-1988 : análise preliminar / Antonio Carlos Alkmim dos Reis. — Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1991.

29 f. - (Textos para Discussão, ISSN 0103-6661; 41)

ISBN 85-240-0367-7

1. Eleições - Brasil - Participação do cidadão. 2. Eleitores - Brasil - Estatística. I. IBGE. Diretoria de Pesquisas. II. Título. III. Série.

IBGE.CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca CDU 324(81)

RJ-IBGE/91-06

Informações: Biblioteca Setorial da Diretoria de Pesquisas - Rua Visconde de Niterói, 1.246, Bloco B, sala 510, Mangueira.

Telefone: (021) 284-3322 - ramal 303

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO 1

II. VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS: Sexo, Idade, Cor 11

III. VARIÁVEIS SÓCIO-ECONOMICAS: Renda, Instrução, Condição de Atividade 15

IV. VARIÁVEIS SÓCIO-CULTURAIS: Religião e Acesso aos Veículos de Comunicação 21

V. CONCLUSÕES 23

ANEXOS 27

I. Apresentação

O presente texto tem o objetivo de discutir a dimensão eleitoral da participação politica da população brasileira. Isto será feito tendo como fonte as informações do Suplemento de Participação Politico-Social da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), levada a campo no segundo semestre de 1988.(1)

A partir da posse ou não do Titulo de Eleitor será feita uma diferenciação sócio-econômica da população com idade de 18 anos ou mais, pois este é o principal documento que em 1988 credenciava esta população e exercer o ato de votar.

Duas observações tornam-se necessárias. Uma diz respeito a faixa etária dos eleitores investigados, pois com a promulgação da nova Constituição em outubro de 1988 estendeu-se o direito facultativo do voto para os jovens entre 16 e 17 anos, mantendo-o também facultativo para os analfabetos e idosos com mais de 70 anos, permanecendo o comparecimento eleitoral obrigatório para os brasileiros entre 18 e 69 anos.(2) Como o

---

(1) A maior parte das informações aqui tratadas foram divulgadas na Publicação do IBGE: Perfil do Eleitor (volume para o Brasil e Grandes Regiões e cinco volumes para as Unidades da Federação agrupadas por região). Rio de Janeiro, 1989.

(2) Constituição da República Federativa do Brasil. Artigo 14, Titulo II, Capitulo IV, 1988.

cadastramento dos jovens eleitores teve inicio no ano posterior ao da realização da pesquisa, ficou excluído desta análise este contingente eleitoral.

Uma outra observação se refere a forma como foi delimitada a população eleitora, pois investigou-se a posse ou não do titulo, mesmo sabendo-se que a não posse deste documento no ato de votação não impede a consumação do sufrágio, pois pode o titulo ser substituido por outro documento de identidade.

Entretanto, somente foram considerados nesta análise aqueles que efetivamente detinham o titulo no momento da pesquisa, desprezando-se o pequeno contingente daqueles que não possuiam este documento.

Definiremos o conceito de participação politica de uma forma abrangente, de acordo com a definição de Verba, Nie e Kim, para quem "... by political participation we refer to those legal acts by private citizens that are more or less directly aimed at influencing the selection of governnamental personnel and/or the actions that they take...".(3)

---

(3) Verba, S. Nie N. H. e Kim, J. "Participation and Political Equality - A Seven Nation Comparation", Cambridge, University Press, 1978.

Mais especificamente, definiremos a participação politica eleitoral, ou simplesmente participação eleitoral, como uma das dimensões de participação relacionada com o direito legalmente definido que permite o acesso de determinados contingentes populacionais ao exercicio do direito de voto, manifestando o seu apoio ou contrariedade com determinadas politicas e selecionando ocupantes de cargos públicos, e influenciando a sua ação politica.

Utilizamos também a idéia de que a participação politica mesmo eleitoral pode ser maior ou menor de acordo com as caracteristicas da população investigada. Assim, o uso da franquia eleitoral pode ser mais extenso em um grupo especifico do que em outro. Por isto, falaremos em maiores ou menores niveis de participação eleitoral ao compararmos estes diferenciados contingentes populacionais.

Sendo o voto no Brasil um ato compulsório, essa obrigatoriedade acaba por se adequar a idéia de "cidadania regulada", desenvolvida por Wanderley Guilherme do Santos, ao examinar o processo detonado pelo estado brasileiro no periodo da pós-revolução de 1930 que instituiu e regulamentou o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários.

O conceito de "cidadania regulada" utilizado por W. G. dos Santos está ligado principalmente ao fenômeno da politica econômica, onde a noção de cidadania situa-se não em um quadro de valores politicos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, é definido por uma norma legal, pois ao mesmo tempo em que incorporou um grande contingente de trabalhadores ao mercado formal da economia, este procedimento serviu para excluir e mesmo inviabilizar o acesso de outros setores ocupacionais a direitos trabalhistas e previdenciários.

Através da posse da carteira profissinal, enquanto instrumento formalizador deste tipo de cidadania, permitiu-se o acesso a beneficios sociais o que acabou transformando a carteira de trabalho em um importante meio de diferenciação social, separando os ocupados dos desocupados.(4)

Do ponto de vista do processo da incorporação politica, e não tão estritamente do ponto de vista do acesso ao mercado de trabalho, também o O título eleitoral, parece enquadrar-se na mesma lógica da "cidadania regulada", pois a sua posse é regulada pelo Estado que delimita a extensão das franquias eleitorais.

Pelo quadro 1, abaixo, constatamos que o titulo eleitoral é o documento a que a população tem o maior acesso - quase 90% da população de 18 anos ou mais possui este documento. Esta proporção é superior a da posse da carteira de identidade e da carteira profissional. Mesmo somando-se o percentual dos que possuem carteira profissional (73,4%) com o dos que possuem o registro de autônomo (4,8%) - obtendo-se um indicador da extensão desta população no mercado de trabalho formal (78,2%) - não se atinge o alto percentual dos que possuem o titulo de eleitor. A diferença é ainda maior, comparando-se o acesso a outros documentos básicos, como o CIC, certidão de nascimento, casamento, etc.

---

(4) Santos, W. Guilherme dos. "Cidadania e Justiça". Cap.4. Rio de Janeiro, Edt. Campus, 1979.

Quadro 1
Distribuição Percentual das Pessoas de 18 Anos ou Mais, Por Posse de Documentos, Segundo Tipo de Documento
Brasil (1)

Tipo do Documento	Pessoas de 18 anos ou mais		
	Total	Possuem o documento	Não Possuem o documento
Titulo de Eleitor	100 (82.429) (2)	89,4	10,6
Certidão Nascimento	100	62,4	37,6
Certidão Casamento	100	61,8	38,2
Carteira Identidade	100	78,6	21,4
Carteira Trabalho	100	73,4	26,6
CIC	100	71,1	28,9
Registro Autônomo	100	4,8	95,2

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO
Nota 1: Exceto área rural da região Norte
Nota 2: O número entre parênteses indica o valor absoluto do total da população de 18 anos ou mais, em milhares

Esta alta incorporação da população ao sistema eleitoral não é uma constante na história politica brasileira. Ao contrário, como podemos observar no quadro seguinte, apenas a partir da década de quarenta houve um incremento do eleitorado, que durante todo o periodo da primeira república vinha tendo uma participação eleitoral relativa menor do que a

no período imperial, anterior a reformulação eleitoral de 1881. Entretanto, a partir dos anos 40, o aumento da proporção do eleitorado sobre a população cresceu intensamente, sendo que já na segunda metade da década de 80, para cada dois brasileiros um é eleitor.

Quadro 2
Participação Eleitoral da População Brasileira, 1872-1986

A n o s	Votantes	% da População Total
1872	1.097,698	10,8
1886	117.022	0,8
1894	290.883	2,2
1906	294.401	1,4
1922	833.270	2,9
1930	1.890.524	5,6
1945	6.200.805	13,4
1950	8.254.989	15,9
1960	12.586.354	18,0
1970	22.435.521	24,1
1982	48.455.879	38,2
1886	65.765.751	47,5

Fonte: Carvalho, José Murilo de. "Teatro das Sombras: A Politica Imperial", Edt. Vértice, 1988.
IBGE. Séries Estatisticas Históricas, 1987
____. Anuário Estatistico Brasileiro de Geografia e Estatistica, 1987
TSE. Dados Estatisticos: vl. 2 - 1952, vl. 5 - 1963, vl. 9 - 1973.
---. Boletim Eleitoral, ano 32, n. 384, 1983

Não nos deteremos aqui nas razões históricas que orientaram esta crescente incorporação e nem procederemos um levantamento dos contingentes populacionais que foram excluídos da participação eleitoral neste período. Registramos, apenas, que esta incorporação acompanha o

processo de modernização da sociedade brasileira caracterizada, dentre outros fatores, pelo maior nivel de urbanização, e pela formalização do mercado de trabalho. Neste sentido, a incorporação eleitoral acompanha o movimento do desenvolvimento social e econômico da sociedade brasileira como um todo.

Entretanto, mesmo sendo numeroso, o contingente da população que detem o titulo eleitoral não deixa de apresentar algumas caracteristicas especificas se confrontada com a população total, acima de 18 anos. Tomando-se a posse ou não do titulo como uma variável analitica e procedendo-se os cruzamentos simples com variáveis sócio-demográficas, podemos verificar que mesmo com a franquia eleitoral sendo tão extensiva, existem contingentes populacionais que estão ainda excluidos do processo de participação eleitoral.

A hipótese central a ser aqui testada é a de que os estratos populacionais menos favorecidos socialmente é que são os mais excluidos do uso desta franquia, mesmo que a lógica da aquisição do direito ao voto obedeça formalmente a definição de cidadania regulada pelo estado, pretendendo-se abrangente, universal.

Verificaremos, a seguir, como a distribuição da população de 18 anos ou mais se distingue através da posse ou não do título, segundo as características sócio-demográficas (sexo, idade, cor), sócio-econômicas (renda, instrução, situação no mercado de trabalho) e sócio-culturais (religião e exposição aos veículos de comunicação)

Teremos, então, uma variável dependente (posse ou não do título) e nove variáveis independentes (sócio-demográficas, econômicas e culturais) apresentadas e comentadas em tabelas de cruzamento simples.

Não introduziremos aqui duas variáveis de controle (região e situação rural ou urbana do domicílio) que acreditamos serem fundamentais para a análise diferenciada da população investigada. Estas variáveis acentuam importantes diferenças sócio-econômicas ao analisarmos espacialmente os estratos populacionais focalizados.

Na tabela 1, abaixo, temos já uma idéia desta diferenciação ao percebermos que a participação eleitoral das regiões mais desenvolvidas (Sudeste, Sul e Centro-Oeste) é maior que nas demais regiões. Tomando-se as demais características na confrontação regional,

provavelmente verificaremos que os mais baixos níveis da participação eleitoral no Brasil atingem as áreas com os mais perversos indicadores sócio-econômicos, atestando a hipótese de que principalmente aí estão localizados os contingentes que não exercem o direito à franquia eleitoral.

Tabela 1
Distribuição Percentual das Pessoas de 18 Anos ou Mais, Por Posse do Titulo de Eleitor, Segundo a Região
Brasil (1)

Região	Pessoas de 18 anos ou mais		
	Total (2)	Possuem o Titulo	Não Possuem o Titulo
Total (2)	100 (82.425) (3)	89,4	10,6
Norte	100 (2.435)	88,3	11,7
Nordeste	100 (21.746)	88,1	11,9
Sudeste	100 (39.287)	89,3	10,7
Sul	100 (13.425)	91,4	8,6
C.Oeste	100 (5.532)	90,4	9,6

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO
Nota 1: Exceto área rural da região Norte
Nota 2: Exclusive os sem declaração de posse do titulo
Nota 3: Os números entre parênteses indicam os valores absolutos em milhares

Da mesma forma, de acordo com o apresentado na tabela 2, a situação do domicílio fornece uma outra dimensão da desigualdade espacial, pois são as áreas urbanas (90%) que propiciam uma maior participação eleitoral, confrontadas às áreas rurais (87%). Seria interéssante, dada a limitação deste indicador, agregando 76% da população maior que 18 anos na área urbana, estratificar as informações pelo tamanho populacional dos municípios de residência dos entrevistados, identificando os diferentes níveis de participação eleitoral. De qualquer maneira, a variável situação de domicílio não será desprezada, sendo utilizada como uma variável de controle, conjuntamente com a variável região.

Tabela 2
Distribuição Percentual das Pessoas de 18 Anos ou Mais,
Por Posse do Título de Eleitor, Segundo a Situação do Domicílio
Brasil (1)

Situação do Domicílio	Pessoas de 18 anos ou mais		
	Total (2)	Possuem o Título	Não Possuem o Título
Total (2)	100 (82.425) (3)	89,4	10,6
Urbana	100 (62.899)	90,1	9,9
Rural	100 (19.526)	87,2	12,8

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO
Nota 1: Exceto área rural da região Norte
Nota 2: Exclusive os sem declaração de posse do título
Nota 3: Os números entre parênteses indicam os valores absolutos em milhares

II. Variáveis Sócio-Demográficas: Sexo, Idade, Cor

Do ponto de vista das três variáveis demográficas, verificam-se importantes diferenciações na participação eleitoral da população investigada. Conforme a apresentação da tabela 3, abaixo, embora o número absoluto de mulheres eleitoras seja maior que o de homens, a proporção dos que detêm o título entre os homens (92,1%) é significativamente maior do que a proporção de mulheres (86,8%); uma diferença que nos leva à constatação de que o acesso a participação eleitoral é proporcionalmente mais discriminatória com a população feminina.

Tabela 3
Distribuição Percentual das Pessoas de 18 Anos ou Mais, Por Posse do Título de Eleitor, Segundo o Sexo
Brasil (1)

Sexo	Pessoas de 18 anos ou mais		
	Total (2)	Possuem o Título	Não Possuem o Título
Total(2)	100 (82.425) (3)	89,4	10,6
Homens	100 (39.636)	92,1	7,9
Mulheres	100 (42.789)	86,8	13,2

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO
Nota 1: Exceto área rural da região Norte
Nota 2: Exclusive os sem declaração de sexo ou de posse do título
Nota 3: Os números entre parênteses indicam os valores absolutos em milhares

Já o exame da tabela 4 indica que são os mais idosos, os que têm uma menor participação eleitoral. Isto ocorre, devido a não obrigatoriedade do voto a partir dos setenta anos, o que faz com que a posse do título seja dispensável. Entretanto, por trás da distribuição percentual entre os que possuem ou não o título eleitoral por faixa etária, parece haver também razões ligadas à situação no mercado de trabalho. Neste caso, temos de um lado os mais idosos e mais jovens com os menores níveis de participação eleitoral (73,1% e 85,9%, respectivamente); e do outro lado as faixas intermediárias de 25 a 34 anos (95,3%) e de 35 a 44 anos(94,6%) com os maiores níveis, sendo que na faixa entre 45 a 50 anos, o nível de participação permance alto (90,4%).

Pode-se aferir daí a hipótese de que para as faixas etária mais ativas no mercado de trabalho (entre 25 a 44 anos) seja mais importante a aquisição e posse do título de eleitor, enquanto que para os potencialmente inativos (mais jovens e idosos) esta aquisição não seja tão importante. Podemos estabelecer, então, uma hipótese da relação existente entre a aquisição do título e a participação no mercado de trabalho, o que será verificado posteriormente.

Tabela 4
Distribuição Percentual das Pessoas de 18 Anos ou Mais, Por Posse do Título de Eleitor, Segundo a Idade
Brasil (1)

Idade	Pessoas de 18 anos ou mais		
	Total (2)	Possuem o Título	Não Possuem o Título
Total (2)	100 (82.425) (3)	89,4	10,6
18 a 24 anos	100 (18.504)	85,9	14,1
25 a 34 anos	100 (21.807)	95,3	4,7
35 a 44 anos	100 (16.293)	94,6	5,4
45 a 59 anos	100 (15.599)	90,4	9,6
60 anos ou +	100 (10.222)	73,1	26,9

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO
Nota 1: Exceto área rural da região Norte
Nota 2: Exclusive os sem declaração de idade ou de posse do título
Nota 3: Os números entre parênteses indicam os valores absolutos em milhares

As características acima descritas da participação eleitoral por sexo e idade podem também indicar que serão os grupos mais jovens das mulheres que provavelmente detêm os menores níveis de participação eleitoral, pelas mesmas razões do mais difícil acesso ao mercado de trabalho, e também pela maior taxa de fecundicade das mulheres jovens, determinando que esta população feminina fique mais voltada para as tarefas domésticas e de criação de seus filhos, participando menos ativamente que os homens não só no mercado de trabalho formal, como também para as atividades da esfera pública, tendo portanto, uma menor participação eleitoral. Isto indica que, se por um lado, a incorporação

da mulheres no mundo do trabalho e da participação politica vem crescendo, a ponto de em termos absolutos (no caso da participação eleitoral) ser maior que a dos homens, ainda assim sofre, esta população feminina, consequências do seu papel diferenciado na sociedade, ficando importantes parcelas não incorporadas ao sistema eleitoral.

No que diz respeito à participação eleitoral segundo a cor, verificamos que as desigualdades raciais no Brasil repercutem diretamente na participação dos diferentes grupos.(5)

Tabela 5
Distribuição Percentual das Pessoas de 18 Anos ou Mais, Por Posse do Titulo de Eleitor, Segundo a Cor
Brasil (1)

Cor	Pessoas de 18 anos ou mais		
	Total (2)	Possuem o Titulo	Não Possuem o Titulo
Total (2)	100 (82.403) (3)	89,4	10,6
Branca	100 (48.137)	90,4	9,6
Preta	100 (4.675)	85,2	14,8
Parda	100 (29.059)	88,6	11,4
Amarela	100 (532)	80,4	19,6

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO
Nota 1: Exceto área rural da região Norte
Nota 2: Exclusive os sem declaração de cor ou de posse do titulo
Nota 3: Os números entre parênteses indicam os valores absolutos em milhares

---

(5) A identificação da cor da população investigada foi feita pela autoclassificação dos informantes, perguntados diretamente sobre qual a sua cor. Procurou-se eliminar, assim, qualquer interpretação subjetiva dos entrevistadores.

Assim, a população que se auto-identifica como branca possui a maior participação relativa (90,4%), seguida pelos que se declaram pardos (88,6%), sendo menor a participação dos negros (85,2%) e amarelos (80,4%).

A introdução da variável de controle região certamente mapeará espacialmente a distribuição racial no Brasil, apontando as áreas onde estão os contingentes com os níveis de participação mais reduzidos. Podemos, entretanto, claramente perceber que a menor participação eleitoral encontra-se nos grupos étnicos mais discriminados socialmente, ou seja a população de cor amarela e negra.

III. Variáveis Sócio-Econômicas: Renda, Instrução, Condição de Atividade

A hipótese que orienta a análise das tabelas seguintes é a de que a participação política eleitoral aumenta na medida em que também aumenta o status sócio-econômico da população investigada. Esta hipótese será testada mais facilmente pelas variáveis de renda e instrução.

A tabela 6, abaixo, nos mostra que a hipótese acima demonstra-se verdadeira, embora a população com renda familiar per capita situada entre 1/4 a 1/2 PNS, tenha a sua participação eleitoral (85,4%) ligeiramente inferior à classe com renda mais baixa de até 1/4 do PNS (86,3%). Exceto por esta diferença, a participação eleitoral cresce na medida em que a renda aumenta, atingindo quase 94% entre os que recebem mais de 2 PNS per capita.

Tabela 6
Distribuição Percentual das Pessoas de 18 Anos ou Mais,
Por Posse do Titulo de Eleitor,
Segundo a Renda Familiar Per Capita (1)
Brasil (2)

Renda	Pessoas de 18 anos ou mais		
	Total (3)	Possuem o Titulo	Não Possuem o Titulo
Total (3)	100 (81.144) (4)	90,8	9,2
s/renda	100 (816)	84,8	15,2
Até 1/4 PNS	100 (9.395)	86,3	13,7
+1/4 1/2 PNS	100 (14.241)	85,4	14,6
+1/2 a 1 PNS	100 (19.390)	87,8	12,2
+ 1 a 2 PNS	100 (17.987)	91,3	8,7
+ de 2 PNS	100 (19.314)	93,8	6,2

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO
Nota 1: O cálculo da renda familiar per capita foi realizado tomando por base o Piso Nacional de Salários (PNS) em setembro de 1988 (Cz$18.960,00)
Nota 2: Exceto área rural da região Norte
Nota 3: Exclusive os sem declaração de renda ou de posse do titulo
Nota 4: Os números entre parênteses indicam os valores absolutos em milhares

Podemos observar que a classificação de renda adotada, distinguindo a população segundo a renda familiar per capita não parece, ser ainda a melhor maneira de avaliar o impacto da renda sobre a participação eleitoral, uma vez que são considerados conjuntamente todos os membros de uma família, quer recebam ou não rendimentos. Por isto, parece ser mais correto considerar, não a renda per capita e sim a renda efetiva recebida por cada individuo, podendo-se assim analisar o seu impacto sobre a participação eleitoral.

A tabela 7, por outro lado, apresenta uma correlação mais forte entre instrução e participação eleitoral, pois na medida em que o nível de instrução aumenta, aumenta a participação. A população com menos de um ano de estudo tem o menor nível de participação eleitoral (74%), enquanto que os mais instruídos, com 12 anos e mais de estudo, têm uma participação eleitoral quase que absoluta (98%).

Tabela 7
Distribuição Percentual das Pessoas de 18 Anos ou Mais, Por Posse do Título de Eleitor, Segundo os Anos de Estudo
Brasil (1)

Anos de Estudo	Pessoas de 18 anos ou mais		
	Total (2)	Possuem o Título	Não Possuem o Título
Total (2)	100 (82.271) (3)	89,5	10,5
até - 1 ano	100 (16.994)	74,2	25,8
1 a 3 anos	100 (15.900)	91,0	9,0
4 a 7 anos	100 (25.531)	92,7	7,3
8 anos	100 (6.323)	93,3	6,7
9 a 11 anos	100 (11.643)	95,7	4,3
12 anos e +	100 (5.880)	97,9	2,1

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO
Nota 1: Exceto área rural da região Norte
Nota 2: Exclusive os sem declaração do número de anos de estudo ou de posse do título
Nota 3: Os números entre parênteses indicam os valores absolutos em milhares

Conforme afirmamos anteriormente, a posse do titulo de eleitor forma uma variável que tem uma relação com o mercado de trabalho, sendo menos provável que uma pessoa sem a posse deste documento faça parte do mercado de trabalho formal.

Na tabela 8, abaixo em que distinguimos a população eleitora e não eleitora, segundo a sua participação na População Econômica Ativa (PEA),(6) observamos que a participação eleitoral dos que estão na PEA (93%) é onze pontos percentuais maior do que os que estão fora da PEA.

Tabela 8
Distribuição Percentual das Pessoas de 18 Anos ou Mais,
Por Posse do Titulo de Eleitor, Segundo a Condição de Atividade
Brasil (1)

Condição de Atividade	Pessoas de 18 anos ou mais		
	Total (2)	Possuem o Titulo	Não Possuem o Titulo
Total (2)	100 (82.425) (3)	89,4	10,6
PEA	100 (53.552)	93,2	6,8
Não-PEA	100 (28.873)	82,2	17,8

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO
Nota 1: Exceto área rural da região Norte
Nota 2: Exclusive os sem declaração da condição de atividade ou de posse do titulo
Nota 3: Os números entre parênteses indicam os valores absolutos em milhares

---

(6) Definimos como PEA a população que na data de referência da aplicação da pesquisa encontrava-se ocupada (trabalhava ou tinha trabalho) ou encontrava-se desocupada (não tinha trabalho mas estava tomando alguma providência para se ocupar). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) - 1987, Vol. 1, Brasil e Grandes Regiões.

Este contingente populacional da não-PEA tem características sócio demográficas já assinaladas anteriormente: são mães e donas de casa, estudantes, jovens, pensionistas e aposentados, atestando que estas características de sexo e idade (as mulheres, os mais jovens e os mais idosos) estão associadas as características de posição no mercado de trabalho, assim como influenciam a variação da participação eleitoral.

As diferenças a serem observadas no interior da PEA destacam, mais detalhadamente, importantes distinções de contingentes populacionais com maior ou menor participação eleitoral.

De acordo com a tabela 9, abaixo, verificamos que os estratos mais estáveis dentro do mercado de trabalho possuem maior participação eleitoral. Isto é verdade para os empregadores (95%), empregados (94%) e conta-próprias (93%), enquanto que os desempregados (92%) e os sem remuneração (88%) têm níveis de participação eleitoral mais reduzidos.

Tabela 9
Distribuição Percentual das Pessoas Economicamente Ativas de 18 Anos ou Mais, Por Posse do Título de Eleitor Segundo a Condição na PEA
Brasil (1)

Condição na PEA	Pessoas de 18 anos ou mais		
	Total (2)	Possuem o Título	Não Possuem o Título
Total (2)	100 (53.552) (3)	93,2	6,8
Procurando trabalho	100 (1.861)	91,6	8,4
Empregados	100 (34.303)	93,7	6,3
Cta-Próprias	100 (13.029)	92,9	7,1
Empregadores	100 (1.956)	94,9	5,1
sem remuneração	100 (2.403)	87,9	12,1

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO
Nota 1: Exceto área rural da região Norte
Nota 2: Exclusive os sem declaração da condição na PEA ou de posse do título
Nota 3: Os números entre parênteses indicam os valores absolutos em milhares

A introdução da variável região servirá para discriminar melhor a distinção dentro da PEA. Sabemos, por exemplo, que os trabalhadores por conta-própria possuem caracteristicas regionais distintas, antagônicas até. Enquanto que nas regiões Norte e Nordeste estes trabalhadores autônomos são em grande proporção mão-de-obra não-especializada formada por biscateiros, ambulantes, diaristas, etc; nas regiões mais desenvolvidas surge em maior proporção o trabalhador autônomo mais especializado, técnico ou profissional liberal. Estas diferenças muito provavelmente acarretarão distinções na participação eleitoral desta categoria ocupacional, observada regionalmente.

IV. Variáveis Sócio-Culturais: Religião e Acesso aos Veículos de Comunicação

De acordo com a tabela 10 abaixo, o exame da participação politica eleitoral, segundo a religião traz uma surpresa, ao verificarmos que aqueles que se declaram espiritas têm uma participação maior do que os que se declaram católicos. A surpresa advem do fato de que ao considermos a religião católica como quase oficial e praticada pela maioria da população, desconfiávamos que a população praticante do espiritismo ficasse restrita a setores mais desfavorecidos social e culturalmente.

Em função desta expectativa, os resultados estariam contradizendo a hipótese central de que a participação eleitoral é menor nos grupos mais desfavorecidos. Uma explicação que não invalidaria esta hipótese, no entanto, pode ser considerada ao detectarmos a existência de um sentimento envergonhado da população espirita em assumir sua prática religiosa, declarando-se católica. Notamos, entretanto que este sentimento desaparece em grupos espíritas que se denominam "cientificos" (kardecistas, espiritismo de mesa,etc), cujos frequentadores advem em boa parte da classe média. A justificativa racionalista serve, então, para legitimar uma prática religiosa que tem sido historicamente discriminada. E esta legitimação atende principalmente a necessidade de status de setores da classe média, onde a participação eleitoral é maior.

Para verificarmos até que ponto a explicação acima é procedente devemos cruzar a informações de religião e particiação eleitoral com a variável renda, confrontando especificamente espíritas e católicos, esperando que o nivel da renda entre os que se declaram espíritas seja maior.

Tabela 10
Distribuição Percentual das Pessoas de 18 Anos ou Mais,
Por Posse do Titulo de Eleitor, Segundo a Religião
Brasil (1)

Religião	Pessoas de 18 anos ou mais		
	Total (2)	Possuem o Titulo	Não Possuem o Titulo
Total (2)	100 (82.410) (3)	89,4	10,6
Católica	100 (67.866)	89,6	10,4
Protestante	100 (8.020)	88,6	11,4
Espirita/ Candomblé	100 (1.975)	93,8	6,2
Outras	100 (488)	82,8	17,2
Não têm Religião	100 (4.061)	85,6	14,4

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO
Nota 1: Exceto área rural da região Norte
Nota 2: Exclusive os sem declaração da religião ou de posse do titulo
Nota 3: Os números entre parênteses indicam os valores absolutos em milhares

Finalmente, no que diz respeito ao acesso aos veiculos de comunicação, observamos que de uma maneira geral a população que se expõe a estes veiculos possuem uma alta participação eleitoral. Existe, no entanto, uma diferenciação quanto aos três meios de comunicação investigados, sendo maior o nivel de participação entre aqueles que lêem jornal, seguidos pelos que vêem tv e pelos que ouvem rádio. Esta maior participação da população que lê jornal é explicada pelo fato de que este contingente é mais reduzido e qualificado do que o que se expõe aos outros meios, da mesma forma com que a população que se expõe à televisão é mais qualificada do que a que se expõe ao rádio.

Tabela 11
Distribuição Percentual das Pessoas de 18 Anos ou Mais, Por Posse do Titulo de Eleitor, Segundo o Acesso Semanal aos Veiculos de Comunicação Brasil (1)

Veiculos de Comunicação	Pessoas de 18 anos ou mais		
	Total (2)	Possuem o Título	Não Possuem o Título
Total (2)	100 (82.425) (3)	89,4	10,6
Ouvem Rádio	100 (61.108)	90,5	9,5
Assistem Televisão	100 (60.798)	92,8	7,2
Lêem Jornal	100 (27.994)	94,6	5,4

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO
Nota 1: Exceto área rural da região Norte
Nota 2: Exclusive os sem declaração da posse do titulo
Nota 3: Os números entre parênteses indicam os valores absolutos em milhares

V. Conclusões

A participação politica eleitoral na forma restrita como foi aqui tratada, diferenciando a população em idade de voto pela posse ou não do titulo, serviu para testar a hipótese de que, apesar da grande incorporação da população ao sistema eleitoral brasileiro, registrada principalmente nos últimos quarenta anos, vereifica-se que contigentes populacionais mais desfavorecidos socialmente continuam fora deste sistema.

No quadro abaixo, apresentamos uma classificação a partir do nível de participação eleitoral dos contingentes populacionais analisados. Distinguiu-se aqueles contingentes que apresentaram o nível de participação igual ou acima da média nacional, onde 89% da população de 18 ou mais anos possuem o título de eleitor, daquelas parcelas da população que ficaram abaixo desta média.

Quadro 3
Participação Política Eleitoral das Pessoas de 18 Anos ou Mais, Por Setores Populacionais, Segundo o Nível de Participação

Nivel de Participação	Setores Populacionais
Maior ou = a Média Nacional	Homens 25 a 59 anos Brancos Renda per capita superior a 1 PNS 1 ano ou mais de estudo Participantes da PEA Espíritas e Católicos Situação urbana de domicílio Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste
Menor que a Média Nacional	Mulheres 18 a 24 anos e 60 anos ou mais Amarelos, Negros e Pardos Renda per capita até 1 PNS menos de 1 ano de estudo Não Participantes da PEA Protestantes, Sem Religião, Outras Religiões Situação rural de domicílio Regiões Norte e Nordeste

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO
Nota 1: Exceto área rural da região Norte
Nota 2: Exclusive os sem declaração da posse do título

Este quadro sintético confirma a hipótese do desfavorecimento social da participação eleitoral em todas as variáveis investigadas, tanto do ponto de vista demográfico, quanto do status sócio-econômico, quanto espacial e culturalmente.

Uma ressalva deve ser observada em relação à religião, onde os espíritas têm sua participação eleitoral maior que a dos católicos, o que pode ser explicado por fatores subjetivos de auto-classificação dos entrevistados, formando um viés que, entretanto, poderá ser detectado ao serem cruzadas as variáveis religião e renda.

A investigação da participação eleitoral pelos diferentes setores de atividade (indústria, comércio, serviços, etc), a ser realizada na sequência deste estudo, servirá para o auxílio da análise da inserção da população investigada no mercado de trabalho.

A relação acima apontada entre setores populacionais por sexo e idade e a sua participação no mercado de trabalho deverá também, ser objeto de uma análise mais detalhada, permitindo detectar mais especificamente o contingente populacional excluido tanto do mercado de trabalho formal, quanto da participação eleitoral, segundo suas caracteríticas de sexo e idade, tomadas conjuntamente.

A variável região deverá servir como uma variável de controle, permitindo que a abordagem mais geral da participação eleitoral aqui empreendida ganhe um contorno mais diferenciado reginonalmente. Da mesma forma, a introdução da variável de controle de situação do domicílio (rural e urbana) melhor caracterizará espacialmente a participação eleitoral.

Uma redefinição da variável renda torna-se necessária para melhor avaliar a correlação existente entre esta variável e a participação eleitoral, de uma forma mais clara do que a observada pela variável aqui utilizada da renda familiar per capita. A idéia é a de reclassificar a população, de acordo com a renda efetiva recebida por cada pessoa entrevistada.

Resta, por outro lado, um levantamento mais agudo sobre a idéia da compulsoriedade eleitoral aqui sugerida, acompanhando a sua sequência histórica no Brasil. Isto significa um estudo sobre as principais características e alterações da legislação brasileira no que diz respeito à delimitação da extensão da franquia eleitoral e à incorporação crescente de setores populacionais.

Finalmente, do ponto de vista teórico, é necessario, ainda, uma reflexão sobre a utilização do conceito de participação política eleitoral, no uso restrito como o aqui empreendido; confrontando-o com o conceito de participação política em suas diversas outras formas. Um debruçar sobre a literatura que vem tratando teoricamente do tema, considerando também outras pesquisas realizadas, servirão para lançar luz sobre a pertinência e relevância de se focalizar no Brasil o fenômeno da participação eleitoral.

ANEXOS

Tabela 12

Distribuição Percentual das Pessoas de 18 Anos ou Mais, Por Posse do Titulo de Eleitor, Segundo a Unidade da Federação Brasil (1)

Unidade da Federação	Pessoas de 18 anos ou mais		
	Total (2)	Possuem o Titulo	Não Possuem o Titulo
Total (2)	100 (82.425) (3)	89,4	10,6
Rondônia	100 (272)	90,8	9,2
Acre	100 (106)	87,7	12,3
Amazonas	100 (684)	87,7	12,3
Roraima	100 (38)	92,1	7,9
Amapá	100 (43)	92,9	7,1
Pará	100 (1.291)	88,0	12,0
Maranhão	100 (2.413)	83,9	6,1
Piauí	100 (1.259)	90,5	9,5
R.G.Norte	100 (1.241)	91,2	8,8
Paraíba	100 (1.702)	88,8	11,2
Pernambuco	100 (3.900)	85,8	4,2
Alagoas	100 (1.200)	84,5	5,5
Sergipe	100 (704)	91,1	8,9
Ceará	100 (3.363)	89,9	10,1
Bahia	100 (5.964)	89,3	10,7
M.Gerais	100 (8.931)	91,5	8,5
Esp.Santo	100 (1.359)	84,7	5,3
R.Janeiro	100 (8.930)	89,0	11,0
São Paulo	100 (20.067)	88,8	11,2
Paraná	100 (5.140)	91,1	8,9
S.Catarina	100 (2.602)	93,6	6,4
R.G.do Sul	100 (5.683)	90,7	9,3
Goias	100 (2.663)	90,6	9,4
M.Grosso	100 (983)	88,1	11,9
M.G.do Sul	100 (872)	88,1	11,9
D.Federal	100 (1.015)	94,0	6,0

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO

Nota 1: Exceto área rural da região Norte

Nota 2: Exclusive os sem declaração da posse do titulo

Nota 3: Os números entre parênteses indicam os valores absolutos em milhares

Quadro 4

Distribuição da População de 18 Anos ou Mais de Idade, Por Unidades da Federação, Segundo o Percentual dos que Possuem Titulo de Eleitor

Brasil (1)

Percentual da Pop. 18 anos e + c/ titulo	Unidades da Federação
menos de 88%	MA PE AL ES
+ 88% a 90%	AC AM PA PB CE BA RJ SP MT MS
mais de 90%	RD RR AP PI RN SE MG PR SC RS GO DF

Fonte: Suplemento PNAD/1988 - IBGE/DPE/DEISO

Nota 1: Exceto área rural da região Norte

Textos para Discussão já publicados

* *Pesquisas Contínuas da Indústria* - Vol. I, nº 1, jan. 1988
* *Pesquisas Agropecuárias Contínuas: Metodologia* - Vol. I, nº 2, 1988
* *Uma Filosofia de Trabalho: As experiências com o SNIPC e com o SINAPI* - Vol. I, nº 3, março 1988
* *O Sigilo das Informações Estatísticas: Idéias para reflexão* - Vol. I, nº 4, abril 1988
* *Projeções da População Residente e do Número de Domicílios Particulares Ocupados: 1985-2020* - Vol. I, nº 5, maio 1988
* *Classificação de Atividades e Produtos, Matérias-Primas e Serviços Industriais: Indústria Extrativa Mineral e de Transformação* - Vol. I, nº 6, agosto 1988
* *A Mortalidade Infantil no Brasil nos Anos 80* - Vol. I, nº 7, setembro 1988
* *Ensaio sobre o Produto Real da Agropecuária* - Vol. I, nº 9, setembro 1988
* *Principais Características das Pesquisas Econômicas, Sociais e Demográficas* - Vol. I, número especial, outubro 1988
* *Novo Sistema de Contas Nacionais, Ano Base 1980 - Resultados Provisórios* - Vol. I, nº 10, dezembro 1988
* *Pesquisa de Orçamentos Familiares - Metodologia para Obtenção das Informações de Campo* - nº 11, janeiro 1989
* *De Camponesa a Bóia-fria: Transformações do trabalho feminino* - nº 12, fevereiro 1989
* *Pesquisas Especiais do Departamento de Agropecuária - Metodologia e Resultados* - nº 13, fevereiro 1989
* *Brasil - Matriz de Insumo-Produto - 1980* - nº 14, maio 1989
* *As Informações sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNADs* - nº 15, maio 1989

* *As Estatísticas Agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística* - nº 16, junho 1989

* *Brasil - Sistema de Contas Nacionais Consolidadas* - nº 17, agosto 1989

* *Brasil - Produto Interno Bruto Real Trimestral - Metodologia* - nº 18, agosto 1989

* *Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90* - nº 19, setembro 1989

* *Uma análise do Cotidiano da Pesquisa no DEREN (As Estatísticas do Trabalho)* - nº 20, outubro 1989

* *Coordenação Estatística Nacional - Reflexões sobre o caso brasileiro* - nº 21, novembro 1989

* *Pesquisa Industrial Anual 1982/84 - Análise dos Resultados* - nº 22, novembro 1989

* *O Departamento de Comércio e Serviços e a III Conferência Nacional de Estatística* - nº 23, dezembro 1989

* *Um projeto de Integração para as Estatísticas Industriais* - nº 24, dezembro 1989

* *Cadastro de Informantes de Pesquisas Econômicas* - nº 25, janeiro 1990

* *Ensaios sobre a Produção de Estatística* - nº 26, janeiro 1990

* *O Espaço das Pequenas Unidades Produtivas: Uma tentativa de delimitação* - nº 27, fevereiro 1990

* *Uma Nova Metodologia para Correção Automática no Censo Demográfico Brasileiro: Experimentação e primeiros resultados* - nº 28, fevereiro 1990

* *Notas Técnicas sobre o Planejamento de Testes e Pesquisas Experimentais* - nº 29, março 1990